

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

JORGE ARMANDO FELIX

BRASÍLIA
2010

CICLO DE PALESTRAS

SEGURANÇA
INSTITUCIONAL

JORGE ARMANDO FELIX



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
MINISTRO SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Esplanada dos Ministérios, Bl. O – 7º, 8º e 9º andares
70052-900 Brasília, DF
Telefone: (61) 3411.4617
Site: www.sae.gov.br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

SEGURANÇA
INSTITUCIONAL

JORGE ARMANDO FELIX

PALESTRA PROFERIDA EM 6/5/2010



BRASÍLIA, 2010

Degração:
FJ Produções

Projeto Gráfico e Diagramação:
Rafael W. Braga
Bruno Schürmann

Revisão:
Sarah Pontes
Luis Antonio Violin

Edição:
Gabriela Campos

Coordenação:
Walter Sotomayor

FICHA CATALOGRÁFICA

C568

Felix, Jorge Armando.

Ciclo de palestras: Segurança Institucional/ Jorge Armando Felix.
Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos
- SAE, 2010.

44 p.

1. Políticas Públicas 2. Segurança Institucional – Brasil.
I Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos.
II. Jorge Armando Felix



CICLO DE
SAE
ALESTRAS

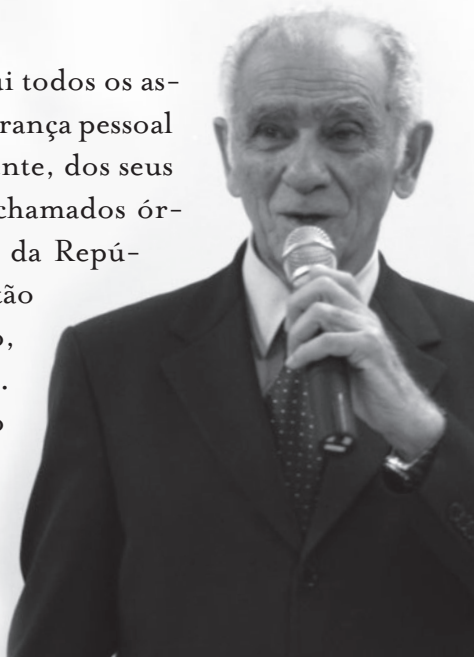
JORGE ARMANDO FELIX

- 1939 *Nasce, em 15 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ*
- 1969 *Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro*
- 1982-1984 *Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro/RJ*
- 1985-1986 *Curso na Escola de Comando das Forças Armadas da Alemanha*
- 1988-1989 *Comandante do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea, no Rio de Janeiro/RJ*
- 1992 *Comandante da Artilharia Divisionária/3 - Cruz Alta/RS*
- 1993 *Curso na Escola Superior de Guerra*
- 1994 *Diretor de Transportes - Brasília/DF*
- 1995 *Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Terrestres (Coter)*
- 1996-1997 *Comandante da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) - Caçapava/SP*
- 1997-1999 *Diretor de Movimentações - Brasília/DF*
- 1999-2000 *Comandante da 2ª Divisão de Exército - São Paulo/SP*
- 2001-2002 *Secretário de Ciência e Tecnologia do Exército, no Rio de Janeiro/RJ*
- 2003 *Nomeado ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República*

PALESTRA DO MINISTRO
JORGE ARMANDO FELIX

Em relação às competências do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), fazemos a assistência direta e imediata ao presidente da República e seu assessoramento pessoal em assuntos que dizem respeito à segurança e a assuntos militares. São atribuições que nada têm a ver com o que fazem os Ministérios da Justiça e da Defesa. São interesses pessoais do presidente que procuramos atender, sem perder de vista as atribuições de defesa e de segurança.

A nossa responsabilidade inclui todos os aspectos relacionados com a segurança pessoal do presidente, do vice-presidente, dos seus familiares e dos titulares dos chamados órgãos essenciais da Presidência da República. Os ministros também estão incluídos nesse atendimento, mas é raro que isso aconteça. Houve poucos momentos, ao longo desses sete anos e meio



de governo, em que alguns ministros solicitaram segurança. O GSI cuida também da segurança do Palácio do Planalto e das residências oficiais.

Entre outras atividades, exercemos a coordenação da prevenção do uso indevido de drogas e a Presidência do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). O Conad é um órgão que envolve o governo, por meio de vários ministérios, e a sociedade civil. Há representantes de todas as áreas – jornalismo, psicologia, conselhos federais e terceiro setor – de modo que o Conad tem funcionado muito bem. Há também a coordenação das atividades de segurança da informação, além da prevenção da ocorrência e articulação de gerenciamento de crises. Há um Gabinete de Crises, que funciona na Presidência da República. Trata-se, fundamentalmente, de órgão de articulação e, eventualmente, de coordenação.

O GSI tem ainda a coordenação das atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), assim como a Secretaria do Conselho de Defesa Nacional (CDN) e a Presidência da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), do Conselho de Governo, que é um fórum bastante interessante do qual a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) já faz parte.

Recebemos, no final do ano passado, do Ministério de Ciência e Tecnologia, a atribuição de órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron). Haverá interface muito boa com a SAE, que está

prestes a receber a coordenação de toda a evolução do Programa Nuclear Brasileiro, antes atribuição da Casa Civil.

A estrutura do GSI é bastante convencional. Conta com uma Secretaria Executiva, à qual estão vinculadas as diretorias e, subordinadas diretamente ao ministro, estão as secretarias. A Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares (SCAAM) cuida da segurança, do cerimonial no Palácio e da programação, do planejamento e da coordenação das viagens presidenciais no Brasil, com a participação do cerimonial da Presidência da República e, no exterior, com a participação do cerimonial do Ministério das Relações Exteriores.

Compõem ainda o GSI a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), um conselho, uma câmara e a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (Saei), que faz o acompanhamento de uma série de temas que, eventualmente, podem causar problemas ou abrir oportunidades para o governo.

À Secretaria Executiva estão vinculados o Departamento de Gestão e Articulação, responsável pela área administrativa, e o Departamento de Segurança da Informação das Comunicações (DSIC), que faz o trabalho de proteção das redes de governo, de preparação e de conscientização de recursos humanos nas áreas de segurança da informação e das comunicações. Ainda há um sistema, prestes a ser criado

por decreto, de segurança e de credenciamento. Estávamos esperando a Lei de Acesso à Informação, para que saíssem juntos, mas, como a lei está demorando muito, é possível que saia por decreto e, depois, seja absorvido pela lei.

O GSI conta ainda com um Departamento de Segurança, com atribuições e responsabilidades sobre a segurança do presidente e dos palácios, e um núcleo do Sistema de Proteção Nuclear, cujas atribuições foram recebidas do Ministério de Ciência e Tecnologia. Ainda não recebemos nenhum cargo para esse sistema. Estamos aguardando a sua criação, em que acreditamos o Governo estar empenhado. A Constituição diz que, independentemente de culpa, toda responsabilidade que ocorrer na área nuclear é do governo federal.

Também há o Núcleo para Segurança das Infraestruturas Críticas, cujos trabalhos se iniciaram em 2006, mas foram institucionalizados em 2007; o Núcleo de Combate ao Terrorismo, também fruto dos trabalhos da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e a Rede Nacional de Excelência e Segurança das Informações e Criptografia.

A Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), presidida pelo ministro chefe do GSI, é um fórum que reúne oito ministérios para a discussão de diversos temas. Seus objetivos são formular políticas e diretrizes, aprovar e promover articulações e acompanhar ações e

programas, em relação à cooperação internacional em assuntos de segurança e defesa, integração fronteiriça, populações indígenas, direitos humanos, operações de paz, narcotráfico, imigração, atividades de inteligência, segurança da informação, segurança para as infraestruturas críticas e segurança cibernética. Integram-na a Casa Civil, os Ministérios da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores, do Planejamento, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Fazenda e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, além dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Destaquem-se, aqui, alguns temas discutidos na Câmara. Ainda em 2003, propusemos um trabalho que, em nossa visão, poderia ser um marco, um tipo de efeito demonstração do governo. Escolhemos o estado de Rondônia, onde seria mais fácil realizá-lo. Fizemos um trabalho articulado com todos os ministérios que faziam parte da Creden na época, de inteligência e que durou alguns meses. Depois passamos toda a informação para a Polícia Federal, que também participou desse trabalho e fez um levantamento completo do crime organizado, do tráfico de drogas, do contrabando de armas, enfim, de todos os delitos que permeavam a região.

A ideia era fazer um trabalho que servisse para inibir a prática de ilícitos no restante do País, que foi muito bem feito. A Polícia Federal enviou tudo para a Justiça, mas, a partir daí, o processo estagnou. Pretendíamos que fosse um

trabalho de destaque pela imprensa e de resultados muito rápidos, mas até hoje estamos esperando pela Justiça.

O resultado foi assustador. A estrutura criminosa envolvia todas as áreas de governo – Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público – e a iniciativa privada. Tudo foi muito bem documentado pela Polícia Federal. Então, o trabalho, que começou em 2003 e terminou no início de 2005, foi encaminhado à Justiça, porém os resultados até hoje, infelizmente, não apareceram. Houve resultados no âmbito do Poder Executivo, mas, a partir daí, perdemos o controle, o processo passou para outro poder e tem caminhado muito devagar. O que pretendíamos que servisse como inibição em outros estados não funcionou, mas foi uma experiência muito boa e bem-sucedida de trabalho de articulação e coordenação dos diversos ministérios participantes.

Realizamos, na época também, uma consulta à sociedade sobre a atividade de inteligência, com a ideia de se fazer grande alteração no Sistema Brasileiro de Inteligência. Trabalhamos nas implicações para o Brasil das medidas antiterrorismo determinadas e acertadas por vários países, sob a égide dos Estados Unidos, as quais até hoje estão funcionando. Houve melhoria substancial na segurança – o governo investiu bastante na segurança de portos e navios – e obtivemos bons resultados.

Já, em outubro de 2003, tentamos promover a primeira discussão sobre nova política indigenista. Para isso, foi

criado um grupo de trabalho sob a coordenação da Funai, mas caminhou muito pouco. Novamente, em 2005, constituímos outro grupo de trabalho, que também funcionou precariamente. Agora, finalmente, parece que haverá uma política indigenista.

São iniciativas que merecem ser destacadas, ainda mais agora que a SAE faz parte desse fórum de discussões de temas. Também elaboramos um projeto de transformação da Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência em uma Escola de Inteligência Federal, em que houvesse um corpo docente formado pela Polícia Federal, pelo Ministério das Relações Exteriores, pela própria Agência Brasileira de Inteligência, pelo Ministério da Fazenda, enfim, por todos os órgãos que lidam com o crime organizado, com atividades criminosas de maneira geral. O projeto foi aprovado, mas até hoje não foi possível implantá-lo por falta de cargos, por falta de DAS, por essas coisas que, às vezes, dificultam a administração pública. Não podemos trazer ninguém para a Presidência da República se não houver vagas, o que dificulta a nossa vida. Muitas pessoas gostariam de trabalhar aqui, mas não há espaço nem cargos para elas.

Fizemos um primeiro levantamento também sobre a situação da segurança da informação na Administração Pública Federal, e o resultado foi assustador. A partir daí, trabalhamos para criar um departamento, subordinado ao Gabinete, que se preocupasse com essa questão. O de-

partamento foi criado e já existe há quatro anos, mas convém ressaltar que foi fruto das discussões da Creden.

Fizemos também uma proposta, discutida em 2004, para a criação de um grupo de trabalho de biodefesa, com o objetivo de dotar o Brasil de um laboratório de biossegurança nível 4. Existem poucos no mundo e há espaço para esse tipo de laboratório no Brasil, particularmente pelas características do País, com florestas tropicais e vários tipos de patologias ainda não bem identificadas. Seria importante que o Brasil tivesse esse laboratório. O trabalho começou, até conseguimos um terreno, cedido pelo Exército, para sua instalação, mas, a partir daí, a prioridade do projeto caiu um pouco. Agora fizemos a proposta para criá-lo efetivamente até 2022. É um projeto cujo objetivo vale a pena perseguir.

O Projeto Integrado de Levantamento Cartográfico Estratégico da Amazônia está em pleno funcionamento. Também surgiu na Creden. Nossa proposta consistia em fazer não apenas o levantamento cartográfico e hidrográfico, mas também o geológico em uma área de três milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal. Depois de algum tempo, conseguimos fazê-lo em uma área de um milhão e oitocentos mil quilômetros quadrados, o que já é um resultado bastante expressivo.

Esse trabalho começou há dois anos e está muito avançado. Ao final, poderemos definir o que existe efetivamente no subsolo, conforme a ideia de que só se exerce sobera-

nia sobre aquilo que se conhece efetivamente, e não apenas ter levantamento que nos permita fazer qualquer tipo de obra pública numa região.

Outra proposta nossa, também para 2022, foi estender esse trabalho para todo o território nacional porque, com os recursos desse projeto, colocamos sensores modernos nas aeronaves do Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), que estão dotadas com o que há de mais moderno.

Conseguimos trazer uma tecnologia, que poucos países têm, desenvolvida por um brasileiro na Alemanha, usando dois radares de comprimento com ondas diferentes. Até então só tínhamos a altimetria das copas das árvores na Amazônia. Com essa técnica, consegue-se penetrar o solo e até o subsolo. Esse brasileiro, sócio de um alemão, desfez a sociedade, montou uma firma no Brasil e estamos tentando fazer que essa tecnologia seja absorvida e passe a ser também propriedade do governo.

Estamos comprando, este ano, alguns navios para fazer o trabalho de levantamento hidrográfico com a Marinha, de modo que, a partir daí, o custo para estendê-lo a todo o território nacional será muito mais baixo do que foi a implantação do projeto. O projeto todo não é caro. Um milhão e oitocentos mil quilômetros quadrados custará R\$ 350 milhões em cinco anos, ou seja, R\$ 70 milhões por ano. Assim, se quisermos estender o projeto para o restante do Brasil, para áreas de floresta ou de não flores-

ta, certamente será muito fácil. É o nosso sonho, também para 2022, que tenhamos efetivamente uma cartografia integrada da América do Sul. Mais do que possível, isso é desejável. Faz parte do processo de integração da América do Sul.

Outro grupo de trabalho, também da Creden, criou a Autoridade Nacional de Contraterrorismo, um núcleo integrado apenas pelo pessoal do GSI. Se algum dia conseguirmos cargos, vamos trazer pessoal do MRE, da Justiça, da Fazenda, para pensar contraterrorismo de forma estratégica. Não é um órgão de repressão, que isso cabe às Forças Armadas, à Polícia. Na verdade, deve ser um órgão que pense estrategicamente e acompanhe o fenômeno do terrorismo da maneira como ele se apresenta no mundo.

Todo ano a Creden discute as prioridades para o Sistema Brasileiro de Inteligência e as encaminha para a aprovação do presidente da República, que as aprova, na maioria das vezes. O fórum discutiu também a questão das infraestruturas críticas e a necessidade de uma lei para a defesa do Estado. A substituição da atual Lei de Segurança Nacional também foi discutida, aprovada e, a partir disso, foi criado um grupo de trabalho não para elaborar a lei, mas para definir o que deve constar numa lei como essa para a defesa do Estado brasileiro na conjuntura de hoje. A primeira parte foi feita. A segunda está com o Ministério da Justiça: a redação técnica da lei, que será basicamente criminal.

Na última reunião da Creden, propôs-se a criação de um grupo de trabalho que nos permita trabalhar na prevenção da ocorrência de problemas climáticos, com a criação de observatório que integre todas as informações geradas no Brasil e no exterior. Houve, no País, eventos climáticos antes inexistentes, como ciclones, secas e inundações, cuja prevenção é fundamental.

Na área de Segurança da Informação e Comunicação, trabalhamos com ações para viabilizar e assegurar as características básicas da informação: disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. Trabalhamos com 39 ministérios, com cerca de seis mil entidades governamentais, com um pouco mais de um milhão de servidores públicos federais e com 320 redes relevantes. Quando se fala em redes relevantes, significa Serpro, Dataprev. Na verdade, são milhares as redes da Administração Pública Federal, mas, do total, 320 são consideradas as mais relevantes, as quais integram uma série de outras redes.

O decreto está pronto, como disse anteriormente. A Casa Civil estava esperando que o projeto de lei que trata do acesso às informações fosse transformado em lei. E a organização da estrutura de credenciamento de segurança de pessoas e organizações está no projeto. Há uma série de acordos internacionais, alguns já assinados, outros em fase final de negociação. Onde há necessidade de credenciamento de segurança de pessoas e organizações, fazemos como se fosse um cartório ou correio para a troca de in-

formações sigilosas e, assim, garantir que a informação que saia de outro país chegue intacta ao Brasil e vice-versa. A ideia da Casa Civil é editar um decreto agora, criando essa estrutura, para que se possa começar a trabalhar. Depois, ela será naturalmente absorvida quando a lei estiver em vigor.

Houve alguns problemas em relação ao credenciamento de segurança. Há pouco mais de dois anos, a Embraer adquiriu uma empresa de aeronáutica em Portugal, que fazia a manutenção de aeronaves militares para a Otan. Como isso envolvia acesso a, por exemplo, documentos sigilosos, planos, projetos de aeronaves, havia a necessidade de credenciar pessoas, porque a União Europeia não estava aceitando mais o credenciamento por ministérios, queria um órgão central no Brasil que credenciasse. E a Embraer precisava ter alguém credenciado para participar da diretoria dessa empresa, inclusive.

A primeira solução foi luso-brasileira: um português de dupla nacionalidade ficou durante um tempo lá. Como a Embraer precisava mudar, acabamos fazendo um documento meio informal, que foi aceito. As pessoas estão credenciadas mesmo antes da existência do órgão credenciador. O GSI credenciou, e o credenciamento está valendo até agora.

Com relação à capacitação de recursos humanos, demos início a um curso na modalidade de ensino a distância, pelo qual estamos capacitando pessoas em nível mais ele-

vado. São cursos longos, de muitos meses, e com 180 participantes de todo o Brasil. Os dois primeiros cursos foram presenciais. Agora passamos o curso para a modalidade de ensino a distância, porque assim serão atingidas outras pessoas de todo o território nacional.

Há uma infraestrutura que consideramos bastante competente, embora pequena, no tratamento de incidentes em redes do governo. Garantir a infraestrutura da informação e o uso dos sistemas informatizados estratégicos é um trabalho que temos desenvolvido há algum tempo. O grande objetivo é identificar quais são as ameaças e trocar informações com todos os órgãos que tratam do assunto em todo o mundo, porque é fundamental saber quais são os antídotos, os remédios para essas tentativas de invasão. Trabalhamos com equipe pequena, mas bastante competente, e temos hoje relações com praticamente todas as organizações que se preocupam com esse mesmo tipo de problema. Isso é importante porque nos permite formar uma base de dados e, a partir dela, trabalhar com mais facilidade e rapidez.

Com alguns órgãos do governo, temos uma ligação automática. Qualquer tentativa de invasão nos é automaticamente repassada. Em outros casos, a informação depende da vontade daquele que foi invadido ou teve uma ameaça de invasão. É interessante ressaltar que ninguém gosta de demonstrar suas fraquezas, suas vulnerabilidades no governo, de modo que é um trabalho que tem de ser feito com muita cautela.

*Ministro Samuel Pinheiro Guimarães:
Quantos incidentes são registrados por dia?*

*Raphael Mandarino Junior — Chefe do Departamento de Segurança da Informação e Comunicação do GSI:
São 2.100 tentativas de invasão por hora, com base nos dados do ano passado. Chamo tentativas de invasão aquelas hostis, não são vírus, não são do tipo “clique aqui, você está sendo traído”. É tentativa de invasão mesmo, que não é detectada de forma trivial. A gente se protege dessas tentativas, primeiro, capacitando as pessoas e, depois, colocando os equipamentos nas bordas. Desse total de tentativas, 80% são internacionais. Destas, 80% vêm do Sudeste Asiático e do Leste Europeu. A gente sabe os IPs e de onde elas vieram. Temos um laboratório que estuda esses ataques. Uma vez ocorrido, estuda-se, propõe-se o antídoto e faz-se a troca de informação. Comunicamo-nos com 160 países todos os dias para ver o que está acontecendo sobre esse assunto.*

Convém ressaltar que o fato de identificarmos a origem como sendo do Sudeste Asiático ou do Leste Europeu significa que os computadores que dão origem a esses ataques estão nessas áreas, mas não que eles, intencionalmente, estejam fazendo isso. Podem estar sendo controlados e utilizados de outros locais completamente diferentes. São os chamados zumbis. Essa é uma área complexa e muito difícil. Pode-se identificar de que computador saiu o ataque, mas se foi voluntário ou involuntário é difícil determinar. Só um trabalho policial

nessas áreas é que poderia definir isso. Esse é um mundo sem fronteiras. O Decreto nº 3.505, de 2000, é que nos dá todo o amparo legal para fazer esse trabalho de segurança da informação.

Os grandes problemas que enfrentamos hoje são a ausência de cultura padronizada em segurança da informação e de legislação adequada. Para resolvê-los, trabalhamos na conscientização, promovendo cursos, palestras. Falta também coordenação nas ações conjuntas e no estabelecimento de padrões e normas nacionais. Para isso, estamos, de alguma forma, normatizando uma parte da área de segurança da informação, trabalhando com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU faz as auditorias, mas demoramos um pouco a convencer a CGU a fazê-las. Agora ela tornou-se boa parceira. Quem tem de fazer as auditorias, em primeira instância, é a Controladoria-Geral da União e, depois, em segunda instância, o TCU. Como não as estávamos fazendo, o TCU realizava-as diretamente. Agora a CGU assumiu esse papel.

Há também dificuldades em estabelecer princípios de jurisdição territorial. Existem várias propostas no mundo e temos discutido muito com o Ministério das Relações Exteriores e com outros países. Em princípio, não concordamos com a maneira como vem sendo feito o encaminhamento. Estamos procurando, com outros países, levar essa questão à ONU, já sob a forma de uma proposta palatável pelo Brasil e pelos outros países, principalmente

a Rússia e a China. Temos trabalhado bastante com esses países para termos uma proposta palpável, que seja levada à ONU para tomada de decisão multilateral, internacional. Esse trabalho tem sido coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Não é palatável aceitarmos imposições e regras, como a Convenção de Budapeste, que diz que a investigação policial, uma vez estabelecida a perseguição a um ataque cibernético, dê-se transfronteira, sem comunicação ao país em que está havendo a investigação, com somente a troca de informações entre polícias. Isso pode ser usado para a investigação, dentro do País, de equipamentos nacionais, sem a comunicação necessária à organização que cuida disso.

Já editamos uma série de normas, que estão valendo para o TCU, a CGU e toda a Administração Pública Federal. São elas: atividade de normatização, metodologia de gestão, diretrizes para elaboração de política de segurança da informação e comunicações, gestão de riscos, criação de equipes de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, gestão de continuidade de negócios e o controle de acesso. Estão para sair outras três: o uso de criptografia, o manual do gestor de segurança da informação e como funciona uma equipe de tratamento de incidentes de redes. Com base nessa bateria de normas, é possível auditar os órgãos da Administração Pública Federal. Se não houver norma, não há como auditar organizações nem orientá-las ou aplicar-lhes sanções.

Pelo conceito sobre infraestruturas críticas proposto na Creden, a interrupção ou a destruição das instalações, dos serviços, dos bens e dos sistemas é que provocará sério impacto social, econômico, político, internacional e à segurança do Estado e da sociedade. O nosso objetivo, nessa área, é garantir a continuidade da prestação dos serviços, mesmo em situações de crise. Elegemos seis áreas prioritárias em que estamos trabalhando com ministérios, agências e organizações. São elas: energia, transportes, água, telecomunicações, finanças e informação. A última a integrar foi a financeira, porque houve resistência do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Agora, eles entenderam o propósito. É importante caracterizar que todos aqueles que estão trabalhando na articulação, sejam organizações do serviço público federal, sejam organizações civis, privadas, quando entendem o propósito desse trabalho, têm prestado cooperação irrestrita.

A nossa metodologia parte do levantamento das infraestruturas críticas, quer dizer, dentro dos campos gerais, o que poderíamos chamar de subestruturas. Vamos procurando dividir essas estruturas. Quando se fala em energia, é um mundo. Quando se fala em água, também, e por aí vai. Transporte idem. Uma vez levantadas as infraestruturas críticas, convidamos todas as pessoas a participarem dos grupos criados para cada uma delas, nos quais procuramos identificar as vulnerabilidades e avaliar os riscos. Oferecemos uma metodologia de avaliação de risco, mas, às vezes, a própria organização já tem a sua, pois, em muitos casos, já trabalhou nisso. Com relação a esse trabalho,

definimos medidas de proteção, elaboramos planos de contingência e verificação dos reflexos.

Tudo isso é fundamental. Por essa razão, propusemos a fazer esse trabalho em nível de Presidência da República. Tradicionalmente cada infraestrutura se preocupava com sua própria estrutura, cada um olhava para o seu universo, mas era preciso que se fizesse o trabalho com visão mais geral, a partir de patamar mais elevado. Se há um problema na área de energia, é preciso verificar quais são os reflexos nas outras áreas; se há um problema nas comunicações, a mesma coisa. Como exemplo, há um subgrupo da chamada área de energia, o subgrupo de energia elétrica, do qual participam o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério das Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e órgãos e especialistas convidados pelo GSI. Na área de energia, há petróleo, gás, energia elétrica, etc.

A inteligência foi reestruturada em 1999 e a legislação criou o primeiro Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao presidente da República nos assuntos de interesse nacional. O Sisbin está integrado pela Casa Civil, pelo Gabinete de Segurança Institucional, pela Agência Brasileira de Inteligência, pela Controladoria-Geral da União e pelos Ministérios da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho,

da Saúde, da Previdência Social, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, embora, às vezes, não haja estruturas formais de inteligência nos ministérios, como, por exemplo, no Ministério das Relações Exteriores. Este ministério não tem um órgão de inteligência, mas, em última análise, ele próprio é um órgão de inteligência.

O grande trabalho do Ministério das Relações Exteriores é coletar as informações do exterior e colocá-las à disposição do governo, para este tomar suas decisões e elaborar a sua política externa, de modo que o MRE não deixa de ser grande órgão de inteligência. A Casa Civil está representada, no caso, pelo Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), que é órgão puramente de Inteligência; o GSI, pela Agência Brasileira de inteligência; o Ministério da Justiça, pela Polícia Rodoviária, pela Polícia Federal, pelo Departamento Penitenciário; o Ministério da Defesa, pelas Forças Armadas; e o Ministério da Fazenda, principalmente pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que monitora todas as operações financeiras suspeitas.

A lei que criou o sistema criou depois a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), como a mostrar que o sistema é mais importante do que os seu integrantes. Nos últimos meses, inclusive com a participação da SAE, iniciamos um processo de reformulação de toda a estrutura do Sistema Brasileiro de Inteligência e dos órgãos que o integram, inclusive da Agência Brasileira de Inteligência.

As competências legais da Abin são planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o presidente da República; e planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade. A propósito, essa é uma área que hoje consideramos bastante importante. Temos hoje o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento pelo qual nos aproximamos de empresas consideradas estratégicas e dos próprios órgãos da Administração Pública Federal, no sentido de mostrar, de conscientizar as pessoas e, eventualmente, fazer avaliações de risco. Em suma, ajudá-los a superar eventuais problemas nessa área, com a preocupação particular de preservar conhecimentos sensíveis de propriedade do nosso país.

Avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional e promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de inteligência também são atribuições da Agência Brasileira de Inteligência. É importante caracterizar que não nos preocupamos apenas com as ameaças, mas também em visualizar oportunidades para o Estado brasileiro.

Hoje temos intercâmbio certo com 82 serviços de inteligência estrangeiros. Cadastrados na Agência Brasileira de Inteligência são trinta e poucos, exceto aqueles que existem, mas não são cadastrados, o que é absolutamente normal. Temos três adidos de inteligência, representan-

tes da Abin no exterior: Argentina, Colômbia e Venezuela. Ainda não conseguimos colocá-los na Bolívia e no Paraguai. Está previsto, mas a dificuldade de entendimento do papel do oficial de inteligência não nos permitiu ainda colocá-los nesses países. Na verdade, é muito mais racional ter alguém como interlocutor institucionalizado da área de inteligência nesses países do que ficarmos mandando gente para lá. De uma forma ou de outra, temos a obrigação de acompanhar o que acontece nesses países. Se tivermos alguém institucionalmente nesses países, seria muito mais fácil.

Há um oficial de ligação em Washington. O presidente autorizou a criação de outras aditâncias. Estamos prevendo colocar alguém em Washington, mas trabalhando sob o controle de nosso embaixador nos Estados Unidos. Além dos Estados Unidos, também na França e em Angola neste ano. Vamos a Angola justamente para ajustar essa questão no próximo mês de junho. Para o ano que vem, na China, no Chile e na Argélia. A Argélia tem serviço de inteligência bastante competente – cortejado pelos americanos e pelos europeus – que tem uma relação muito boa conosco. Não apenas o Serviço de Inteligência, mas o próprio país mesmo tem consideração muito especial pelo Brasil. É muito mais fácil fazer uma cobertura do Oriente Médio estando na Argélia, embora situada no norte da África, do que no próprio Oriente Médio.

São 26 superintendências da Abin em todos os estados da Federação, com exceção do Distrito Federal. Em feverei-

ro de 2009, foi instituído, por deliberação do presidente, um comitê, integrado pelo GSI, pela Casa Civil, pela SAE e pelos Ministérios da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores e do Planejamento, para a elaboração de uma Política Nacional de Inteligência e a reavaliação do Sistema Brasileiro de Inteligência. O primeiro objetivo do comitê é fortalecer o sistema, dotando-o de legislação adequada, sistematizando a coordenação, ampliando a capacidade de cooperação institucional e instituindo um Plano Nacional de Inteligência. Os demais objetivos são melhorar a coordenação do Sistema e reavaliar o efetivo e o orçamento. O plano já foi elaborado e está no Congresso Nacional, desde o final de 2009. Há esperança de que, ainda nesta semana, eles façam propostas, se for o caso, de alterações e o devolvam para nós.

As principais ameaças hoje são a espionagem e a sabotagem, não como no conceito clássico da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, mas espionagem no agronegócio, na pecuária, nos minerais estratégicos, em biotecnologias, nos patrimônios naturais, no programa espacial, nos insumos para a saúde, no gás natural, no petróleo e nas energias elétrica e nuclear. Com relação à sabotagem, um bom exemplo é o mercado de grãos, que movimenta alguns bilhões de dólares. Estamos sempre entre os primeiros nesse mercado, então é nossa preocupação que alguém venha aqui e dissemine alguma praga, por exemplo. Provavelmente já houve tentativas tanto na área da agricultura quanto na da pecuária. Por isso, temos preo-

cupação permanente com relação a estes dois aspectos: a espionagem e a sabotagem.

Outras ameaças são interferência externa que favoreça interesses estrangeiros em detrimento dos interesses nacionais e ações contrárias à soberania nacional. Ataques cibernéticos também preocupam. Todos os países hoje têm essa preocupação. A SAE está começando a fazer um trabalho de planejamento, de médio a longo prazo, da articulação de todos os meios integrados que se preocupam com a segurança da informação. Terrorismo, atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis e armas de destruição em massa são preocupações também da nossa inteligência.

A criminalidade organizada foi a questão mais discutida pelos grupos de trabalho ao longo do tempo, se a corrupção era uma ameaça a ser considerada pela inteligência ou não. Ao final, o grupo chegou à conclusão de que era interessante incluir a corrupção como uma das ameaças com que o Estado brasileiro deve preocupar-se.

A política de inteligência foi encaminhada ao Congresso e é possível que os trabalhos de reavaliação do Sisbin e a redação dos atos normativos sejam concluídos na próxima semana. A partir daí, serão encaminhados para a aprovação do presidente e a elaboração de projetos de lei e decretos.

A legislação que instituiu o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) é um decreto-lei de 1980. Em 1997, esse decreto-lei foi regulamentado por outro, que, em 2009, foi por outro, que transferiu essa atribuição para o Gabinete de Segurança Institucional. Temos trabalhado, embora sem efetivo ainda. Existe um projeto de lei de 2004 que está tramitando na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, e está para sair de lá. Não é possível mexer mais nele enquanto estiver na Câmara dos Deputados. Esperemos que ele vá para o Senado, onde, então, poderemos apresentar uma proposta do que discutimos e é consenso em todas as organizações que trabalham no Programa Nuclear Brasileiro.

Queremos ampliar essa proteção em situações de emergência nuclear. Proteger o pessoal envolvido na operação das instalações nucleares e na guarda, manuseio e transporte dos materiais nucleares; a população e o meio ambiente nas proximidades das instalações; as instalações e os materiais nucleares. Queremos acrescentar também a proteção do conhecimento e da cadeia produtiva, que nos parece bastante importante, e o atendimento às necessidades de segurança das instalações e do transporte de materiais nucleares.

Essa é a nossa proposta que está sendo discutida com os atores do Programa Nuclear Brasileiro. Faremos uma reunião agora para fechar essas sugestões e para, a partir daí, fazer a proposta aos ministérios. Caso os ministros envol-

vidos a aprovem, vamos encaminhá-la como substitutivo ao projeto de lei que está tramitando no Congresso.

Há ainda, no GSI, um fórum de gerenciamento de crises, que se preocupa basicamente com a articulação dos diversos atores envolvidos na ocorrência de uma crise. Ao longo desse governo, o Gabinete de Crise foi acionado 62 vezes. Normalmente, ele é acionado por decisão do presidente da República.

Esse fórum foi acionado pela primeira vez em razão do impacto no Brasil da Guerra do Iraque, quando reunimos todos os atores envolvidos com exportação, energia, petróleo, importação. Foi uma primeira experiência bastante interessante. Outro exemplo foi em 2004, durante os incêndios em Roraima. Chegamos rapidamente, e primeiro. A coordenação ficou com o Ministério do Meio Ambiente e houve a participação das Forças Armadas. A intervenção foi bastante competente e teve até a ajuda do tempo. Choveu três semanas antes da data prevista, o que contribuiu para apagar o incêndio. No final da década de 1990, ao contrário, quando o governo brasileiro chegou a Roraima, já havia bombeiros argentinos, canadenses e várias organizações não governamentais por lá. Isso não acontece mais.

Com relação à ajuda humanitária, o Brasil foi, se não o primeiro, um dos dois primeiros a chegar à área atingida pelo tsunami (Indonésia, Sri Lanka e Taiwan), em dezembro de 2004. Promovemos também resgates de bra-

sileiros no Líbano e no Congo, além de garimpeiros na fronteira Venezuela-Colômbia. Agora, estamos terminando o trabalho no Haiti. Nessa ajuda humanitária, estão envolvidos os seguintes órgãos: GSI, Justiça, Defesa, MRE, Agricultura, Saúde, Integração Nacional, AGU, Secretaria de Comunicação Social e Fazenda.

Foram 156 vôos, num total de 3.335 horas de vôo, e três navios para transportar o auxílio humanitário. Foram transportadas 4.644 pessoas, 849 toneladas de alimentos, 183 toneladas de água, 361 toneladas de medicamentos, 887 toneladas de diversos, além de 1.711 toneladas de material de resgate, viaturas, hospital de campanha, equipamentos militares, etc. Foi um trabalho expressivo, que se está encerrando, provavelmente, com a chegada do terceiro navio ao Haiti no dia 17.

Fizemos também algumas propostas para o projeto Brasil 2022, segundo o entendimento de que não eram do GSI, mas representavam uma visão do Estado brasileiro. Nossas duas estruturas, GSI e SAE, são dois ministérios que pensam o Estado brasileiro. Temos em comum a preocupação em conhecer muito bem o presente e, de certa forma, projetá-lo. Em nosso caso, a visão fundamental do GSI é a de prevenção. Toda nossa estrutura é voltada para isso. Prevenção de quase médio prazo, mas fundamentalmente de curto prazo.

Outra vocação nossa é articulação, por estarmos na Presidência da República. É muito comum, por meio da Cre-den ou do Gabinete de Crise, fazermos articulações com outros ministérios. Evitamos sempre a palavra coordenação, porque dá ideia de alguém hierarquicamente superior aos outros. Mas essas são as duas grandes vocações do Gabinete de Segurança Institucional.

É bastante importante compartilharmos esse conhecimento do presente e trabalharmos juntos com a visão de curto, médio e longo prazos, que é a grande vocação da Secretaria de Assuntos Estratégicos: pensar o Brasil daqui a pouco e daqui a muito tempo.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

CORONEL SÁ FERREIRA (SAE)

Não sei se estou desatualizado, mas gostaria de saber do senhor se o crime de terrorismo já está tipificado. Porque acredito que, em existindo a estrutura para fazer o acompanhamento e até para adotar medidas de prevenção e combate, sem a tipificação legal do crime, a situação é bastante desconfortável para o GSI e para o Estado brasileiro.

RESPOSTA:

Existe um grupo que fez um primeiro trabalho com a preocupação não com terrorismo especificamente, mas com as ameaças ao Estado brasileiro, que definiu o que deveria aparecer numa lei com a intenção de proteger o Estado brasileiro. Foi muito discutido se o terrorismo seria incluído ou não. No final, ficou decidido que sim.

Chegar a essa definição é complicado porque ninguém conseguiu criar uma definição, um conceito de terrorismo. A ONU não conseguiu, a maioria dos países, quando quer tipificar o crime de terrorismo, o faz pelos efeitos, porque é muito difícil definir ou conceituar o terrorismo sem envolver outras áreas que não são necessariamente terrorismo. Não há uma definição que consiga abranger A, sem também abranger B, C e D.

A tendência desse grupo de trabalho é usar a legislação já existente, que abrange a maioria dos efeitos do terrorismo. O grande trabalho será definir em que situações o terrorismo deve aparecer separado do que já prevê o Código Penal Brasileiro, o que está sendo feito pelo Ministério da Justiça. É um trabalho de técnica legislativa, que ainda não sabemos como sairá. Eles estão tendo muitas dificuldades. Já houve várias tentativas no Brasil e no exterior.

Felizmente, no Brasil, nas condições de hoje, a probabilidade de ação terrorista contra o País é baixíssima, mas contra alvos de outros países localizados na América do Sul é razoavelmente elevada. Haja vista que o nosso vizinho argentino teve dois atentados no espaço de dois, três anos, e as coisas não ficaram bem claras. Em princípio, o alvo direto não era a Argentina, talvez indiretamente. Então, é obrigação nossa, do dia a dia, particularmente da área de inteligência, estarmos preocupados com o terrorismo. Acompanhamos os serviços de inteligência de outros países, mantemos um diálogo permanente com eles e estamos sempre em alerta, da mesma forma que está a Polícia Federal. Mas colocar isso numa lei não é solução fácil.

Em linha paralela com a pergunta anterior, não vi referido o bioterrorismo entre as ameaças que o senhor colocou. Gostaria de saber como está o preparo do Estado brasileiro para a prevenção e o tratamento de ataque bioterrorista, seja em nosso território, seja em outros países, mas com efeitos sobre o País.

RESPOSTA:

Há algumas estruturas preparadas para dar resposta a uma ameaça desse tipo, como a da Polícia Federal, a de algumas polícias estaduais e a das Forças Armadas. Há também o Exército, com uma Brigada de Operações Especiais aqui em Goiânia, além da Marinha e da Força Aérea. Faremos, na próxima semana, um workshop fechado, para tratar do assunto com o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal; com o Exército, por meio da Brigada de Operações Especiais e do Comando de Operações Terrestres; com a Marinha; e com a Força Aérea.

A pedido, o Comando de Defesa Aérea Espacial Brasileiro fará uma apresentação, de modo que teremos um trabalho não apenas de avaliação, mas de integração entre as pessoas que lidam com o terrorismo, para superar outro desafio no governo: o trabalho integrado. A proposta é de aproximação, de troca de ideias, para que a eficácia seja melhorada.

É muito comum governadores do Rio de Janeiro reclamarem do governo federal no que se refere à atuação federal no combate ao tráfico de drogas e armas. Gostaria que o senhor comentasse sobre isso e dissesse de que forma o GSI atua nesses dois temas naquela cidade.

RESPOSTA:

Temos fronteiras com os maiores produtores de cocaína e de maconha do mundo. Só para se ter uma ideia, a fronteira dos Estados Unidos com o México é de 3.141 quilômetros e a fronteira do Brasil com a Bolívia é de 3.400. Os americanos, com todo o apoio e o interesse do governo mexicano, não conseguiram, com muros, cercas, cães e toda a parafernália que eles têm, sequer reduzir o fluxo de drogas e armas. Droga vai e arma vem. Temos uma fronteira grande com a Bolívia, e outra com o Peru, e outra com a Colômbia, e outra com o Paraguai.

De modo que o nosso problema é muito maior, é muito difícil. As nossas fronteiras são permeáveis e, na maioria, secas, em que as pessoas passam de um lado para o outro. Os moradores dessas áreas, na maioria, não são bem identificados, ora são brasileiros, ora são bolivianos, ora são colombianos, dependendo do interesse delas. De outro ponto de vista, quando pensamos em integração, isso é muito bom.

De certa forma, à medida que ampliamos o processo de integração, facilitamos o trânsito de pessoas, de mercadorias e de cul-

tura entre o Brasil e os países vizinhos e dificultamos o trabalho da área de segurança. Mas isso é uma opção, é uma política de governo, de modo que cabe aos órgãos de inteligência, aos órgãos de segurança, melhorar o seu desempenho para minorar o problema.

A inteligência trabalha com os outros órgãos na definição de rotas de quantidade, de qualidade, e coisas desse tipo, das drogas que vêm para o Brasil e das armas contrabandeadas para cá. Realmente, a realidade nos mostra que, embora estejamos melhorando progressivamente e até, em algumas áreas, bastante rapidamente, o caminho ainda é longo. As armas continuam entrando no País e a droga tem um mundo especial, muito peculiar.

Estamos agora enfrentando o problema do crescimento rápido, muito acelerado do fenômeno do crack, uma cocaína vagabunda, que não tem qualidade suficiente para ser mandada para o exterior, por isso é barata. A cocaína é muito mais cara, por isso, do ponto de vista do traficante, é muito mais interessante produzir cocaína que crack, merla, esses subprodutos.

Acontece que, de um tempo para cá, o Brasil conseguiu montar um sistema em que os chamados precursores, aquelas substâncias, como éter e acetona, utilizadas para refinar a cocaína, estão sendo controlados. Isso é resultado do trabalho da Polícia Federal, da Receita Federal e também das próprias empresas que foram conscientizadas a fiscalizar umas às outras. Então o sucesso nessa área faz que a cocaína, particularmente a da Bolívia, não tenha a qualidade necessária para ser aceita nos mercados

da América do Norte e da Europa. Entretanto, esse sucesso tem causado efeitos colaterais indesejáveis. Como ela não tem qualidade, rebaixam a qualidade do que já produzem e mandam para cá o crack e a cocaína por um preço barato. Ganham, assim, na quantidade.

Outro trabalho nosso, além da inteligência, feito por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), é o de prevenção. Esse trabalho é fundamental. Temos cursos para educadores, para conselheiros municipais e para o pessoal que trabalha nas CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) das empresas, apoiados e financiados pela rede S. Organizamos um curso, que começou neste ano, com diversas igrejas, chamado Fé na Prevenção. Estamos preparando também pessoas de diversas religiões que estão trabalhando com jovens.

Temos de evitar que as pessoas comecem a usar drogas. A filosofia é fundamentalmente trabalhar com os educadores nas escolas, ensinar os educadores a identificar o problema, a saber como abordar o jovem e a família, como orientar o jovem e a família, mas principalmente criar redes de proteção não da escola, mas entre os próprios jovens. Fortalecer o jovem para que tenha coragem de, perante o grupo do bairro, dizer não, porque ele sabe o que vem depois do início do uso da droga. Mesmo que ele diga sim, que tenha a consciência do que pode acontecer. Esse é um trabalho que tem começo, mas não tem meio nem fim: vai prolongar-se enquanto houver drogas, e droga existe desde o início da humanidade.

Às vezes, há a tendência de subestimar os jovens. Eles são surpreendentes. Temos um exemplo, aqui em Brasília, com o Porão do Rock, que atrai muitos jovens. Nosso pessoal esteve lá para pedir que eles veiculassem algumas mensagens para os jovens, e o líder do grupo disse: “Olha, é a primeira vez que o governo vem a nós não para proibir alguma coisa, mas para pedir que trabalhemos juntos. Toda vez que vocês quiserem que trabalhemos juntos estamos aqui prontos. Não queremos bebidas, não queremos droga, queremos música”. Esse grupo, e vários outros, tem trabalhado conosco no fortalecimento dos jovens para recusar drogas, bebidas e outros ilícitos.

MARCELO PIANCASTELLI (IPEA)

Minha pergunta refere-se à Amazônia. No Ipea, já temos quantidade substancial de conhecimento sobre os desafios da Amazônia nas questões ambiental, econômica e social. Gostaria de saber como o GSI vê o problema da ambição internacional sobre a Amazônia. É algo concreto, ou não é necessário ter mais preocupações?

RESPOSTA:

Se fosse colocar em termos de probabilidade, diria que a probabilidade de alguém vir à Amazônia intencionalmente, para algum tipo de ação militar, é quase nenhuma. Seria uma probabilidade baixíssima. Preocupa-nos o caso de, num conflito, pouco provável, alguém impedir o exercício da soberania brasileira

sobre a Amazônia, como uma interdição de determinadas áreas da região. Mas essa probabilidade é também bastante baixa. O que nos preocupa mais são as coisas que vêm lenta e sorrateiramente, como a presença de grupos que fazem mapeamento, levantamentos geológicos e cartográficos.

Hoje, com os satélites, isso é mais fácil de identificar, mas temos a obrigação de controlar o nosso espaço amazônico. Estive recentemente na China e percebi interesse muito grande deles de aproximação com o Brasil. Um dos pontos que nos preocupam, já colocado no relatório para o presidente, é que os chineses têm a filosofia de verticalização, querem o controle de tudo. E, se há um celeiro que permitirá à China alimentar 1 bilhão e 300 milhões de pessoas, é o Brasil. Embora os chineses estejam muito presentes na África, o Brasil, pela sua organização, sua condição tecnológica, certamente é o grande celeiro que pode ajudá-los a alimentar a população. Percebemos que os chineses estão começando a tentar adquirir grandes quantidades de terra no Brasil, na Amazônia e fora dela. Essa deve ser uma preocupação nossa, para se estabelecerem limites e controles.

A relação com a China, a propósito, é indispensável, porque certamente será a primeira ou a segunda economia do mundo. De toda a sua população, já conseguiu incluir 600 milhões de chineses como consumidores e estão trabalhando para incluir os outros 700 milhões. Então, temos de criar uma relação de dependência com a China. Eles dependem de nós em algumas áreas e, proporcional ou reciprocamente, dependemos deles em outras. Isso é fundamental. Se não estivermos atrelados à China e se ela não estiver atrelada a nós, perderemos grande oportunidade.

Voltando à Amazônia, nossa preocupação é controlar, conhecer e saber acompanhar. Aí são fundamentais a presença e o papel da inteligência, acompanhando o que acontece na Amazônia e alertando, com antecedência, para qualquer coisa que possa nos preocupar, seja com relação a recursos naturais, seja com relação a conhecimentos tradicionais.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília - DF, em outubro de 2010
Tiragem: 1.500 exemplares

